

SP: Governo lança pacote de R\$ 6,4 bi para habitação e urbanismo

Investimentos preveem 37 mil novas moradias, parcerias com municípios e projetos urbanos



No conjunto de ações imediatas, o governador autorizou R\$ 1,9 bilhão para construir moradias

O governo do Estado de São Paulo anunciou nesta quarta-feira, 4 de fevereiro, um pacote de investimentos estimado em R\$ 6,4 bilhões destinado à área habitacional. A iniciativa prevê a viabilização de cerca de 37 mil novas moradias distribuídas por todas as regiões do estado e reúne ações de curto, médio e longo prazos no âmbito do programa Casa Paulista.

Segundo informações divulgadas pela administração estadual, o pacote contempla autorizações para início imediato de obras, convênios com prefeituras, programas de subsídio à aquisição da casa própria, melhorias habitacionais e projetos urbanos estruturantes associados a eixos de transporte ferroviário. O objetivo declarado é ampliar o atendimento habitacional, reduzir o déficit de moradias e promover o desenvolvimento urbano integrado. Entre as medidas com execução

imediata, o governo autorizou investimentos de R\$ 1,9 bilhão para a construção de 10.050 unidades habitacionais em 146 municípios paulistas. As moradias serão produzidas por meio de dois modelos: a produção direta da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a modalidade Carta de Crédito Associativa (CCA).

No modelo da CDHU, o Estado é responsável pela licitação, construção e entrega das unidades, que são destinadas prioritariamente a famílias de menor renda. Já a Carta de Crédito Associativa consiste no financiamento estadual para aquisição de imóveis do setor privado, com condições diferenciadas, como isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e de custos de registro em cartório. Nesse formato, o pagamento das parcelas tem início após a entrega das chaves. Além dessas ações, o governo informou que

outras 23 mil moradias estão previstas para execução em médio e longo prazos em dez municípios localizados nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, consideradas áreas com alta demanda habitacional.

O pacote de investimentos inclui ainda convênios firmados com nove municípios por meio das modalidades Casa Paulista – Preço Social e Casa Paulista – CCI Municípios. O programa Preço Social tem como objetivo viabilizar a aquisição da casa própria por famílias de baixa renda em terrenos públicos, com valores abaixo dos praticados no mercado imobiliário.

Já o Casa Paulista – CCI Municípios prevê a soma de subsídios estaduais às contribuições financeiras das prefeituras, direcionadas a famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Os subsídios variam entre R\$ 10 mil e R\$ 16 mil, conforme a localização do imóvel, e são

concedidos a fundo perdido.

No campo da requalificação urbana, o governo estadual autorizou convênios com 120 municípios pelo programa Bairro Paulista – Cidades Sustentáveis, com investimento estimado em R\$ 72 milhões. As propostas apresentadas pelas prefeituras incluem intervenções em infraestrutura verde, requalificação de espaços públicos, criação ou revitalização de áreas de lazer e melhorias na mobilidade urbana, com foco em sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. Durante o anúncio, o governo também apresentou o projeto Novas Centralidades, considerado um dos principais eixos estruturantes do pacote habitacional. A iniciativa prevê investimento aproximado de R\$ 4,3 bilhões para a construção de 23 mil moradias em 14 localidades distribuídas por dez municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas.

O projeto, segundo informações, propõe a integração da política habitacional com o planejamento urbano, o transporte ferroviário e o desenvolvimento econômico local. As áreas contempladas estão situadas próximas a linhas de trem existentes ou em implantação, com a expectativa de estimular a ocupação urbana ordenada, a oferta de serviços e a geração de empregos.

As ações previstas incluem urbanização, recuperação ambiental, implantação de infraestrutura, construção de equipamentos públicos, requalificação de imóveis e o desenvolvimento de empreendimentos habitacionais e comerciais. Na capital paulista, o governo informou que será aberto sorteio para 607 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda entre três e dez salários mínimos, enquadradas nas categorias Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular.

Carnaval deve atrair 4,7 milhões de turistas e movimentar R\$ 7,3 bilhões em São Paulo

O Carnaval de 2026 deve consolidar o Estado de São Paulo como um dos principais destinos turísticos do país durante a maior festa popular brasileira. Estimativa do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP), aponta a circulação de 4,7 milhões de visitantes pelos destinos paulistas ao longo do período carnavalesco. O volume representa crescimento aproximado de 4,75% em relação ao registrado no Carnaval de 2025.

A movimentação financeira direta prevista é de R\$ 7,3 bilhões, resultado do aumento do fluxo turístico e de um ticket médio estimado em R\$ 1.543 por visitante. O valor considera despesas com hospedagem, alimentação, transporte, compras e serviços ligados à atividade tu-

rística. Os dados foram obtidos por meio de sondagem realizada pelo CIET junto a 140 municípios paulistas, que concentram parte significativa da programação de Carnaval no Estado de SP.

A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo avalia que o desempenho do período reflete a diversidade da oferta turística paulista, distribuída entre capital, litoral, interior e estâncias turísticas. O Carnaval é considerado um dos principais impulsionadores da economia do setor, com impacto direto na geração de empregos temporários, na renda local e na dinamização de cadeias produtivas associadas ao turismo do país.

Além dos indicadores econômicos, o levantamento do CIET aponta avanços nas ações de sustentabilidade e preservação cultural



Foliões participam da programação de Carnaval em São Paulo

adotadas pelos municípios durante o Carnaval. Segundo o estudo, 88% das cidades informaram desenvolver iniciativas de conscientização ambiental direcionadas ao público, enquanto 90% relataram a adoção

de medidas para mitigar os impactos da festa sobre o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural.

Entre as práticas mais frequentes estão o reforço da infraestrutura de limpeza urbana, a ampliação

do número de lixeiras em áreas de grande circulação, a instalação de banheiros ecológicos, o controle de acesso a áreas sensíveis e a realização de ações educativas junto aos foliões. O compromisso com a valorização cultural também aparece de forma expressiva: 93% dos municípios afirmaram utilizar o Carnaval como instrumento de resgate, promoção ou preservação das tradições locais.

Com blocos de rua, desfiles, festas populares e programações variadas, o Carnaval paulista mantém perfil democrático e distribuído por todo o território estadual. Para a Setur-SP, os dados reforçam a importância do planejamento integrado entre Estado e municípios, com foco na oferta de uma experiência segura, responsável e economicamente relevante para moradores, turistas e profissionais do setor.